

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

ATA

--- No dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Soure, convocada nos termos do Regimento para a sua Terceira Reunião Extraordinária, estando presentes o Senhor Presidente da Câmara, Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes, eleito pelo PS, e os Senhores Vereadores: Dra. Sónia Cristina da Silva Vidal Pires (através de vídeo-conferência), eleita pelo PPD/PSD; Dra. Teresa Margarida Vaz Pedrosa, eleita pelo PS; José António Nunes da Silva Mendes, eleito pelo PPD/PSD; Américo Ferreira Nogueira, eleito pelo PS; Dra. Ana Patrícia Ramos Beja, eleita pelo PPD/PSD; e Dr. Gil António Contente Soares, eleito pelo PS.-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. **MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 3.º REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021**

Ponto 2. **ABMG – ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E.I.M., S.A.**
. Relatório de Execução Orçamental - 1.º Trimestre e 2.º Trimestre de 2021 (1.º Semestre de 2021) – Para Conhecimento

Ponto 3. **ABMG – ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E.I.M., S.A.**
. Tarifário dos Serviços de Abastecimento e Saneamento para 2022 - Aprovação

Ponto 4. **APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2022**
(Ficheiro enviado por e-mail)

Ponto 5. **PROPOSTA DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – 2022**

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “se me permite, gostaria de propor nesta reunião, se possível, que fosse retirado da Ordem de Trabalhos o ponto 4, dado ser um documento tão importante e que requer, da nossa parte, uma análise muito bem detalhada para que possamos votar em consciência. Acrescento que, ontem, tive o contacto do Deputado da Assembleia Municipal eleito pelo PSD, o Dr. Rosado, que esteve em reunião de Líderes de Bancada com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e deliberaram que a Sessão da Assembleia Municipal seria no próximo dia 30, o que nos dá aqui algum tempo,

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

porque temos Reunião de Câmara a 27, dado ser um documento muito importante e que requer da nossa parte uma análise mais detalhada. Era essa a minha proposta.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “o órgão será soberano, a Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal fez uma proposta preambular ao início da ordem do dia da Reunião Extraordinária e o assunto que invoca diz respeito precisamente à ordem do dia, tem o acolhimento a sua proposta. A minha proposta ao Órgão Executivo, e que colocarei à votação, é que dando acolhimento e sendo sensível aos argumentos da Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, considerando também por efeitos do período pandémico a mesma não estar presente nesta reunião, está-se a usar um expediente já previsto noutras situações desde que o País entrou em Estado de Calamidade que é a participação, em Órgãos Deliberativos, quer Executivos, usando a via digital. Portanto, olhando a excecionalidade do momento que atravessamos, sendo que, este documento, primeiro seguiu sobre a via digital na terça-feira e só quarta-feira de manhã, embora dentro do prazo legal, chegou à mão de todos do Vereadores em termos físicos por protocolo, considerando isso, este ponto, por minha proposta, que colocarei à votação, ficará a reunião suspensa quando analisarmos este ponto até à próxima terça-feira às 9h30m da manhã, onde o discutiremos. Esta é a minha proposta, se um ou mais Vereadores quiserem apresentar propostas em alternativa, as mesmas serão votadas em alternativa, e aplicar-se-á a proposta vencedora nos termos do Código do Procedimento Administrativo... A proposta é que seja aceite a excecionalidade deste momento, tendo em conta que é o primeiro documento deste Mandato, que embora tenha sido entregue em tempo legal, este documento tem a sua complexidade e algumas novidades, como seja a Transferência de Competências da Administração Central para a esfera Municipal... Considerando o atual momento, ponto pandémico que se tem agravado e que tem evitado um maior contacto pessoal, que também possa ter servido até de assessoria, consultadoria, consultar parceiros políticos que os Senhores Vereadores terão e que com este momento podem não ter tido essa oportunidade... Considerando ainda que o documento foi entregue pela forma digital, que muitas vezes pelo tamanho dos documentos não é tão fácil de descarregar e de ler... Considerando que da forma física foi entregue apenas na quarta-feira de manhã, proponho que seja feita uma suspensão desta reunião de Câmara, chegando a este ponto, e que o mesmo passe para terça-feira às 09h30m da manhã, a qual coloco à votação.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “concordo plenamente, já nos dá mais algum tempo para analisarmos com mais detalhe o documento..”-----

Aprovada por unanimidade a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

Ponto 1. MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 3.º REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “trata-se da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2021. Neste caso tem a ver com o andamento e a execução das grandes obras públicas e daquilo que são as grandes opções estratégicas. Está fundamentada na proposta que este atraso, na execução dos trabalhos das empreitadas/projetos alvo de Candidaturas ao Portugal 2020 como, por exemplo: Conservação/Reparação da Piscina Municipal Coberta de Vila Nova de Anços; Centro Municipal de Proteção Civil do Concelho de Soure; Centro Inovação Social; as Candidaturas da Cultura – O Rio que nos Une e Happy Jazz; na área do Ambiente – a Recolha Seletiva Porta-a-Porta na Vila de Soure e Sistema Municipal de Recolha de Biorresíduos, as aquisições de terrenos para as áreas de Localização Empresarial de Tapéus e Granja do Ulmeiro, sendo que também está incluída a Zona Sul da Freguesia de Soure. Portanto, por este motivo há uma diminuição da execução na área da Cultura 97.000,00 euros, na área do Desporto, Lazer e Tempos Livres – Piscinas de Vila Nove de Anços 250.000,00 euros, na área do Saneamento e Salubridade 46.000,00 euros, na área da Proteção Civil 60.000,00 euros e na área do Desenvolvimento Económico e Defesa do Meio Ambiente 897.000,00 euros, obviamente que isto repercute-se na despesa, porque o investimento não foi feito e também se vai repercutir, de igual modo, na receita, porque são despesas com financiamento externo, ou seja, através de candidaturas a fundo perdido ou por empréstimo bancário.”-----

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS - Dra. Teresa Pedrosa; Sr. Américo Nogueira e Dr. Gil Soares-, e 3 (três) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - Dra. Sónia Vidal; Sr. José António Mendes e Dra. Ana Patrícia Beja -, aprovar, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submeter à Assembleia Municipal, a 3.ª Revisão Orçamental para aprovação nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

Ponto 2. ABMG – ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E.I.M., S.A.

. Relatório de Execução Orçamental - 1.º Trimestre e 2.º Trimestre de 2021 (1.º Semestre de 2021) – Para Conhecimento

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “dar-vos conhecimento do Relatório de Execução Orçamental - 1.º Trimestre e 2.º Trimestre de 2021 (1.º Semestre de 2021) da ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A.. São documentos de conhecimento obrigatório, porquê só agora? Porque só agora os Serviços da Empresa e o Revisor Oficial de Contas os forneceram. Estamos a dar a obrigação de cumprimento, obviamente que reconheço que já devíamos estar na presença do 3.º Trimestre, enfim, o que não deixou de ser referido, quer no Órgão Conselho de Administração da Empresa, quer na própria Assembleia Geral que ocorreu a semana passada, onde esteve presente o Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira que é o representante do Município de Soure na Assembleia Geral da empresa. Os serviços alegam motivos diversos em que a sociedade, neste momento, funciona sempre com atraso, devido ao teletrabalho, aos confinamentos e a uma série de circunstâncias.”-----

Foi tomado conhecimento do Relatório de Execução Orçamental - 1.º Trimestre e 2.º Trimestre de 2021 (1.º Semestre de 2021) da ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A., e ainda submeter à Assembleia Municipal.---

Ponto 3. ABMG – ÁGUAS DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARA, E.I.M., S.A.

. Tarifário dos Serviços de Abastecimento e Saneamento para 2022 - Aprovação

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “ainda proveniente da ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A. - Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento para 2022, para aprovação dos Tarifários desta empresa participada pelos 3 Municípios. Penso que é do vosso conhecimento geral que, segundo os Estatutos e o Contrato de Gestão Delegada, é da Competência dos Municípios a aprovação dos Tarifários. Como tal, o tarifário proposto tem parecer favorável da Entidade Reguladora, obviamente, sem isso, a proposta não avançava e como está plasmado nas explicações, tratou-se de aplicar os coeficientes nos indicadores dos preços ao consumidor, vulgarmente conhecido por taxa de inflação. Com esta atualização de tarifário, nós regressamos ao Tarifário do Município de Soure no ano de 2020, portanto, vamos para 2022 com o Tarifário que se praticou no Município de Soure no ano de 2019, porque no ano 2021 o Tarifário que foi praticado pela ABMG foi cerca de 4% mais barato do que foi praticado no ano de 2019 com o Município de Soure.”-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “o Senhor Presidente refere e também está na informação que esta atualização foi aprovada na ERSAR. Da leitura e análise que fiz a este ofício, se é este o parecer, eu leio que a proposta de tarifário apresentada pela ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara, EIM, S.A para o ano de 2022, não reúne as condições para obter parecer favorável da ERSAR, devendo ser revista nos aspetos acima elencados, e foram seis condições que a ERSAR reforça aqui que devem ser revistas, a não ser que tenha havido essa revisão, neste meio tempo, e que tenham sido consideradas estas recomendações da ERSAR que provavelmente não vi...”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “tem razão na sua observação, de facto, pode haver aqui uma incongruência na forma como está escrito. Aquilo que a informação da ABMG aprovou, como está a ver aqui no despacho na reunião do Conselho de Administração de 10.12.2021... Nós apenas estamos a cumprir e aí penso que conferiu que há duas coisas, uma é que a ERSAR aceita que se faça a atualização utilizando o Índice Preços no Consumidor, penso que leu isso, e foi isso que nos limitamos acolher, ou seja, não mantivemos na nossa proposta aquilo que a ERSAR não considerou e eu vou explicar. Nós estamos a praticar preços com os Municípios e com as Juntas de Freguesia, os chamados auto consumos, ou que chamaríamos na versão anterior dos auto consumos, porque não eram contabilizados nos Municípios, relativamente baixos, equivalentes ao Setor Social, às IPSS, e solicitamos a alteração desse item e a ERSAR “mando-nos” elaborar um novo EVEF para que pudessem estudar esse novo EVEF - Estudo de Viabilidade Económico-Financeira e é o que vamos fazer durante o ano de 2022, é propor uma alteração ao Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, trata-se de fundamentar porque é que queremos alterar o tarifário e só nesse caso é que avançaremos. Esta proposta, tal como decorre da informação estrita da ABMG aprovada no Conselho de Administração, trata-se apenas de atualizar pelos Índices Preços no Consumidor, e isso no articulado da ERSAR está bem explicito...”-----

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “Senhor Presidente, se compreendi bem, foram acolhidas algumas das recomendações, outras não, é isso?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “foram acolhidas todas as recomendações, portanto a proposta, de atualização dos Tarifários de Águas e Saneamento apenas contempla parte que a ERSAR também está de acordo, que é o Índice Preços no Consumidor.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “e no que está em desacordo, ou que está desconforme, a recomendação da ERSAR?”-----

**03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas**

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “não foi alterado.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “se não foi alterado, aí chamo “atenção” para o seguinte: aquilo que não for conforme a recomendação, como refere o artigo 11.º, no n.º 8, deve ser devidamente exposto os fundamentos de facto e direito que justifiquem a motivação do ato. Portanto, entendo que seja aquilo que não estará conforme a recomendação da ERSAR.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “o documento foi para vossa consulta, quando alguém deste Executivo ou da Assembleia Municipal quiser esclarecimentos da ABMG, obviamente que serão fornecidos, é essa a nossa obrigação, não temos interesse nenhum em ocultar qualquer tipo de documentação ou de informação, portanto, quer o Gabinete Jurídico, quer da Administração da ABMG que fez a proposta, nós limitamos a ler a proposta sabendo o que é que pedimos à ERSAR e sabendo qual foi a resposta.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “o que é que ERSAR pede: *“devendo ser revista nos aspetos acima elencados, nomeadamente o Índice de Preços no Consumidor utilizado e as Tarifas Variáveis não Domésticas para as Juntas e Autarquias,”* ou seja, a ERSAR tem aqui duas notas. Uma é sobre a questão das Juntas e Autarquias, que já lhe expliquei. A ERSAR só aceitaria isso de forma fundamentada e para isso implica um novo EVEF - Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, situação essa que está aprovada no Plano de Atividades da ABMG para o ano 2022, mandar elaborar novo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, até porque este foi feito em 2018 e vamos para 2022, com várias alterações significativas no andamento da sociedade... Por outro lado, o que propõe é o Índice de Preços no Consumidor e eles não concordaram com aquilo que terá sido proposto... O que se trata aqui é que acolhemos exclusivamente o ponto 5 da ERSAR e o resto também acolhemos, porque não levámos para a frente a nossa proposta que fizemos à ERSAR. Agora no fim desta aprovação, ou não, porque o procedimento é este: a ERSAR regula, mas apenas serve, à priori, de consulta vinculativa, ou seja, o que é que isto quer dizer? Não é estritamente vinculativa, os Órgãos Autárquicos têm sempre aqui um grau de independência, podendo depois sujeitar-se a diversas penas, ou não, do que vier a seguir. Nós temos que consultar a ERSAR primeiro, a ERSAR pronuncia-se e já não se volta a pronunciar, ou seja, não é obrigada a pronunciar-se, a não ser que haja factos graves de que a primeira proposta confira um grau de desconformidade e de ilegalidade que possa atirar para outras consequências, aí o órgão competente volta a fazer uma nova proposta, isso nem está previsto na lei, penso que também não está excluído, e então podiam, de tentativa em tentativa, até ter da ERSAR uma unanimidade na sua apreciação, o que é raro...”-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “ainda relativamente ao Parecer da ERSAR no ponto 1 é aqui referido, e tal como o Senhor Presidente já anteriormente tinha dito, não foi efetuada qualquer atualização desde 2018 até 2021, certo?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “desde o EVEF de 2018, que foi o documento fundamental e necessário para a constituição da empresa, esse documento teve princípios em 2018 e não houve até hoje nenhuma alteração à tarifa proposta em 2018.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “e o Senhor Presidente pode-me explicar o porquê dessa não atualização?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, como sabe, a empresa foi criada em outubro de 2019, entrou em funcionamento em fevereiro de 2020 com as diversas vicissitudes daquilo que é o início do funcionamento numa empresa ou de qualquer instituição e coincidindo, inclusive, com o início da pandemia e com todos os constrangimentos que isso criou. No caso do Concelho de Soure houve até uma diminuição do Tarifário do ponto de vista objetivo, no caso de Montemor-o-Velho o Tarifário foi o mesmo de 2018 e no caso de Mira houve um aumento de Tarifário e, como tal, a nossa preocupação tendo em conta o período pandémico, até aconteceu que os Municípios como Soure cofinanciámos 2 meses em 50% os Tarifários de Água e Saneamento para todos os consumidores particulares, portanto, o período da pandemia até fez uma intervenção em contrário, foi um argumento para não aumentar taxas e tarifas ao qual a ERSAR não se opôs. Nós em Soure financiámos 50% da água de abril e maio aos consumidores, não fazia sentido num período de pandemia, quando os Municípios estão inclusive a financiar o uso dos bens públicos, estar a atualizar a tarifa, foi por isso que não foi atualizada.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “espero que não tenha sido pelo facto de estarmos em período eleitoral.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, por amor de Deus, período eleitoral em janeiro de 2020, daqui a bocado é equivalente ao período eleitoral como estamos agora para as próximas eleições autárquicas, estamos a falar nas eleições que foram em setembro de 2021.”-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “é que todos os Presidentes de Câmara que integram estes 3 Municípios estão em final do Mandato, portanto, é de estranhar que só agora, após terem sido reeleitos, se venha a verificar esta atualização...”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “ Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal até registo aqui que movimentos nas redes sociais e até na Assembleia Municipal de Soure vieram dizer, não sei se esteve nessa parte da barricada, tem aqui uma boa oportunidade para me esclarecer, que me parece que movimentos houve, inclusive houve correspondência na Assembleia Municipal de Soure e que era a pedido das lideranças do PSD que clamavam por um aumento dos tarifários da água que, como se verifica, não era verdade, não foram aumentadas em 2020/2021 pelas razões objetivas e fundamentadas que lhe estou a dar. Neste momento, passados 3 meses após as eleições, já estamos, de facto, em período eleitoral para 2025, isso é notório, já é público, não sou candidato, tenho essa vantagem na argumentação... Como tal, aquilo que lhe posso dizer é o seguinte: o EVEF - Estudo de Viabilidade Económico-Financeira foi feito em 2018, a empresa foi criada em outubro de 2019, entrou em funcionamento o Contrato de Gestão Delegada em 15 de janeiro de 2020, sendo que objetivamente em 01 de fevereiro de 2020 é que passou a faturação a ser feita pela empresa, com os constrangimentos que coincidiram com o início da pandemia, com os constrangimentos que foi o confinamento, idas para casa, houve o financiamento no caso do Município de Soure, esse financiamento teve um impacto nas contas de 2020, que já foram discutidas e analisadas, em mais de 150.000 euros... Nós, no caso de Soure, decidimos financiar abril e maio de 2020, os outros meses decidimos que não havia razões para financiar desta forma, financiámos indiretamente, porque, como sabe, temos um regulamento aprovado que está em vigor até 31 deste mês, nesse regulamento há um artigo que vos vou propor, tão breve quanto possível, uma manutenção que tem haver com os resíduos para financiarmos a Tarifa dos Resíduos Fixa para os Consumidores Não Domésticos de utilizar uma política municipal que este sector regulado prevê, não prevê uma subsídio escondida, prevê várias formas excecionais de financiamento. Portanto, Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal vir dizer que em 2019 não atualizámos o EVEF a pensar no período eleitoral, quando as eleições só são em 2021, por amor de deus, as eleições já foram há 3 meses e tal, portanto, continuar com o tema das eleições autárquicas 6 meses antes e 4 anos depois, acho que é desproporcionado. Aceito as suas observações, mas não fazem sentido, mas respeito-as.” -----

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS - Dra. Teresa Pedrosa; Sr. Américo Nogueira e Dr. Gil Soares-, e 3 (três) votos contra dos Senhores

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - Dra. Sónia Vidal; Sr. José António Mendes e Dra. Ana Patrícia Beja -, aprovar a proposta de Tarifário dos Serviços de Abastecimento e Saneamento para 2022 apresentada pela ABMG – Águas do Baixo Mondego e Gândara, E.I.M., S.A..-----

**Ponto 4. APRECIACÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2022
(Ficheiro enviado por e-mail)**

Este ponto será suspenso, sobre proposta do Senhor Presidente da Câmara, que foi aprovada, por unanimidade, até à próxima terça-feira, dia 21 de dezembro, às 9,30 horas.-----

Ponto 5. PROPOSTA DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - 2022

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “ a proposta, para os resíduos, ao contrário da ABMG, fomos atualizando-a todos os anos. A proposta já está aceite no sistema da ERSAR e é para que possamos atualizar as Tarifas dos Resíduos Sólidos com o valor de 0,90%.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “relativamente a esta proposta tenho mesmo que referir que, ao longo da mesma, verifica-se vários lapsos de escrita que me parecem que podiam ser evitados, deve-se ter mais cuidado com a redação dos documentos. Relativamente ao assunto em si, a Proposta de Tarifário do Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, pergunto ao Senhor Presidente se ainda está em vigor, perdoe-me se estou a fazer uma pergunta que não tem sentido ou se não tenho essa informação atualizada, o Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Soure de 2016, que está publicado no Site da Câmara Municipal, no separador de Saneamento e Salubridade?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “ainda está em vigor, nós iniciámos um procedimento para o um novo Regulamento de Tarifário dos Resíduos que ainda não transitou em julgado, ou seja, vai ficar para este Executivo fazer a sua aprovação final e depois remetê-lo à Assembleia Municipal.” -----

**03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas**

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “é que estando em vigor este Regulamento, da leitura ao seu artigo 50.º, este refere que os Tarifários de Gestão de Resíduos são aprovados pela Câmara Municipal até ao término de novembro do ano civil anterior aquele a que respeita, a aprovação estará a ser agora? Estamos em dezembro, não em novembro, portanto, deduzo que este *timing* não foi cumprido. O único documento que é junto, é o da Diretora de Departamento da Área, Dra. Carmo Graça, e é apenas esta folha, parece-me que aquilo que ela quer dizer é que validou, sem qualquer recomendação, não temos qualquer outro documento ou parecer da ERSAR que nos ajude.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “confesso-lhe que não li o parecer, mas tenho que acreditar que a Diretora de Departamento Dra. Carmo Graça só pode estar a dizer a verdade e vou-lhe explicar porquê, porque o mesmo ainda não chegou no expediente normal ao Município até ao dia que vos remetemos essa informação, é o que consta da plataforma. Portanto, os serviços têm acesso à plataforma, foi-me dito que houve um sim da parte da ERSAR e que o documento estaria a caminho, mas está na plataforma o conteúdo.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “acho que para além do *timing* ultrapassado, está pouco documentado, não está em causa a palavra e a informação escrita da Diretora de Departamento, mas gostávamos de ver aqui o parecer da ERSAR que confirma a proposta que está a ser feita. Deduzo também que, de acordo com o n.º 4, os Tarifários são publicados nos Serviços de Atendimento da Entidade Gestora no respetivo sítio da Internet no Município e nos restantes locais definidos na legislação em vigor, é o que será feito, não é Senhor Presidente?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “eu ainda assim, perante a observação da Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja e visto que decidimos retirar o ponto 4, pretendia que os Senhores Vereadores passassem para esta votação apenas por boa fé dos serviços, até porque tomei nota que evidenciou que esta informação da Diretora de Departamento é enferma de deficiente legibilidade.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Patrícia Beja, referiu que: “há aqui situações que são flagrantes e evidentes lapsos de escrita. Temos mais dificuldade para votar esta proposta, por não estar suportada e fundamentada de uma forma mais completa, não colocando em causa o que está cá feito.”-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes, referiu que: “vou propor ao Órgão, já que temos que analisar o ponto 4, o ponto 5 ainda está em tempo, embora, de facto, deva ser aprovado, segundo o regulamento, em novembro. Este ano, por ser um ano excepcional, até porque é início do Mandato, é tal como o Orçamento que deve ser aprovado pelo Órgão Executivo em outubro, podendo haver uma exceção nos anos de período eleitoral, em que temos 90 dias após a Tomada de Posse, aqui que tendo em conta um conjunto de vicissitudes, aplicou-se a mesma questão e, como tal, vou colocar à votação a suspensão deste ponto até à próxima terça-feira... Vou tentar juntar, até lá, o Parecer da ERSAR.”-----

Este ponto será suspenso, sobre proposta do Senhor Presidente da Câmara, que foi aprovada, por unanimidade, até à próxima terça-feira, dia 21 de dezembro, às 9,30 horas.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes deu por encerrados os trabalhos às 11,30 horas.-----

O Senhor Presidente da Câmara, sendo 9,30 horas do dia 21.12.2021, retomou a 3.ª Reunião de Câmara Extraordinária do dia 18.12.2021, a partir do ponto 4.-----

Ponto 4. APRECIACÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2022

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes referiu que: “deste conjunto de documentos fundamentais para todo o tipo de organizações e estes em concreto para os Municípios, de acordo com aquilo que são os documentos legais previstos na diversa legislação, entre eles, a Lei 75 - Lei das Autarquias Locais, a Lei n.º 73 - Lei do Financiamento das Autarquias Locais e de mais legislação complementar, aquela que não foi revogada no POCAL existente no SNC para a Administração Local, entre outras...

O documento que vos foi apresentado, se for aprovado, irá ser remetido para a Assembleia Municipal para que a mesma se pronuncie em conformidade, faz um enquadramento sobre aquilo que é a nossa visão e estratégia de desenvolvimento. Aqui um ajustar da nossa forma de explicar a nossa estratégia virada muito para um aproveitamento maximizando daquilo que serão os Fundos Comunitários do Portugal 2030 e também do PRR, instrumentos financeiros importantíssimos para a implementação de medidas de desenvolvimento.

Um segundo capítulo sobre o nosso enquadramento com a Lei das Finanças Locais, medidas orientadoras para a execução orçamental. Uma explicação sobre outro tipo de responsabilidades que temos, as chamadas responsabilidades contingentes, ou seja, as responsabilidades que temos que acautelar, mas que ainda não estão determinadas, mas têm

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

que ser previstas em Plano e Orçamento. As responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, portanto, há compromissos que estão assumidos por mais do que um ano, grandes obras, quer contratos de média duração.

Depois temos o Orçamento e o Plano Orçamental Plurianual; os Projetos de Investimento Plurianual e as áreas mais relevantes; o Quadro Resumo do Orçamento; o Orçamento da Receita; o Orçamento da Despesa; o Resumo da Despesa por classificação económica; os Mapas de Pessoal que é um instrumento também fundamental para uma previsão e um enquadramento ao longo do ano, de acordo com a flexibilidade possível que temos que ter para enfrentar os diversos desafios, é um quadro apresentado normalmente com alguma generosidade, mas que aquilo que se pretende é ir gerindo os recursos disponíveis ao longo do ano e à semelhança do que é histórico na maior parte dos Municípios, e até nas organizações, mas especialmente deste é ficar sempre abaixo dessa execução porque há outras diversas formas com recurso a serviços externos, com a resolução dos meios existentes não ser necessária nunca esgotar esta capacidade prevista. O Orçamento das entidades participadas, neste caso, das Águas do Baixo Mondego e Gândaras, que já aprovou, quer em sede de Conselho de Administração, quer em sede de Assembleia Geral, o Orçamento para 2022.

Nós em termos de objetivos, ações, programas e projetos, adequámos o conceito para enquadrar em quatro eixos aquilo que será a estratégia do Município. Um eixo virado para uma linguagem hoje muito assumida pelas diversas entidades responsáveis pela dinâmica Europeia, desde logo a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, a OCDE, os grandes problemas globais que afetam a nossa sociedade e que à escala municipal, porventura uns mais, outros menos, têm grande enfoque. Este da transição demográfica é um problema que não é só local, não é só do Concelho de Soure, a perda de população e os problemas da demografia, é um problema à escala Europeia, daí que, muitos são os Projetos Europeus, muito daquilo que são as dinâmicas Europeias estão viradas para a transição demográfica, para as medidas de fundo que são necessárias desenvolver e que no Município de Soure, à semelhança da nossa região e de muito do que se faz no país e em territórios como o nosso, tem vindo a ser assumido. Portanto, uma política virada para os cidadãos, não é que elas se tenham mostrado insuficientes, o certo é que temos que virar este resultado a favor de uma maior sustentabilidade demográfica e de maior sustentabilidade da sociedade. Se até aqui vivíamos preocupados com a fixação de pessoas, a preocupação também é a captação de novos residentes, criando condições nas áreas tradicionais, mas inovando, cada vez mais, naquilo que sejam as medidas públicas, a começar pela Educação, Cultura, Ação Social, medidas de proximidade, solidariedade. É aqui que encaixo muitas das medidas que têm efeito primário, um efeito imediato, porque são dirigidas diretamente às pessoas e que nós já vínhamos desenvolvendo e vamos continuar a desenvolver, acrescentando outras medidas que podem e devem ser iniciadas neste novo ano de 2022, para poderem ser ajustadas, adaptadas, testadas e melhoradas ou corrigir a sua implementação. Um outro eixo

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

importante, e assumidamente importante nos dias de hoje, aliás, sinónimo disso o próprio facto desta reunião, também está já a decorrer com recurso às plataformas digitais para a participação dos seus membros, esta digitalização, inovação, qualificações com motores de desenvolvimento, trata-se de uma prática fundamental. Nós fizemos um esforço no início do Mandato para criar meios, de através do digital aproximar o cidadão da Administração, o sucesso do Espaço de Cidadão e do trabalho que é desenvolvido no Espaço de Cidadão de Soure é exemplo disso mesmo. Outros meios estão a surgir e que são fundamentais que se implementem. Baixar os índices de literacia digital é um dos objetivos e também aquilo que é de uma forma transversal esta transição digital que vai desde a Educação, à Saúde, à Administração Pública, ao Desenvolvimento Económico... Esta pandemia ensinou-nos algumas coisas, mostrou-nos caminhos, trouxe ao de cima as nossas necessidades e as nossas fragilidades e, como tal, neste eixo da transição digital está em linha com aquilo que podem ser caminhos futuros para melhorar a vida das pessoas do Concelho de Soure.

Depois a transição climática, hoje é o grande tema das próprias Nações Unidas. Quando há vinte/trinta anos atrás a principal preocupação do mundo e da Organização das Nações Unidas ainda eram os mecanismos de paz e os conflitos armados existentes um pouco à escala global, hoje assumidamente a grande preocupação, a par da pandemia que é um fenómeno que se entende que a humanidade é capaz de resolver por prazos, mais semestres, mais onda, menos onda, saberemos coabitar com ela, a questão da transição climática e dos problemas ligados ao clima, se é um problema de tal modo global que parece ser o principal problema do planeta e também à escala concelhia, cada um à sua dimensão, o nosso contributo deve ser importante, até porque se não o fizermos seremos penalizados pelos custos que nos cabem a nós, a cada um dos Municípios de Soure sobre esta matéria e os recursos que depois terão que ser afetos a colmatar esses custos, farão falta aos outros eixos na procura do chamado desenvolvimento da comunidade. Como tal, a procura de investimento na transição climática, vai desde a eficiência energética às melhorias das redes ligadas ao ambiente, quer seja o ciclo da água, os resíduos e a preservação do meio ambiente no seu sentido mais lato.

Um outro eixo é um eixo ligado à Administração, ligado àquilo que é os setores mais tradicionais do exercício das funções de Administração Pública Local, da Administração Autárquica, é um eixo ligado àquilo que é mais básico, mas não menos fundamental ao funcionamento do nosso território e à sua sustentabilidade plena, é um eixo que nós chamamos da coesão e da competitividade onde cabem, quer as Redes Intermunicipais, porque não podemos estar a pensar no desenvolvimento local sem estarmos, cada vez mais, em redes, sejam elas na área da Cultura, sejam elas do lado da Promoção Turística, sejam elas do lado da Educação ou da Saúde e depois tudo aquilo que tem a ver com a ligação dos diversos patamares da Administração, desde as Juntas de Freguesia, à Intermunicipalidade, ao conceito da Região através daquilo que ainda hoje é da Descentralização, mas também da anunciada e recorrente anúncio da possibilidade de caminhar para uma Reorganização

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

Administrativa do Estado em que pelo menos ao nível das NUTS II sejam criadas Regiões Administrativas de acordo com o princípio constitucional da Regionalização e depois toda a gestão do espaço público e dos meios públicos, desde a parte urbana à criação das Áreas de Localização Empresarial das ligações rodoviárias, da mobilidade e dos grandes equipamentos municipais.

Esta é a nossa visão, a nossa ação, os nossos programas estão aí quantificados.

O Orçamento tem, este ano, conjugando todo o tipo de receita previsível, obviamente que continua a ser muito insuficiente para aquilo que é a nossa ambição e para aquilo que seria básico e elementar e necessário para o Concelho de Soure, seria necessário muito mais. Criámos este Orçamento, como sabem, segundo as regras há falta do novo Orçamento de Estado, pelas regras daquilo que foi a nossa receita para o ano de 2021, é esse o instrumento legal do planeamento da receita onde depois o exercício é tentar encaixar a despesa.

Em termos de Plano Plurianual de Investimentos, nós continuamos a fazer uma distribuição muito equivalente com aquilo que tem sido feito nas últimas décadas, com a aposta forte na Educação que é um objetivo que leva mais de 10% do Orçamento do Plano Plurianual de Investimentos que ultrapassa ligeiramente os 13.000.000,00 euros, se tudo correr como esperamos, portanto, mais de 10% - 1.400.000,00 euros é dedicado à Educação. Este ano terá um acréscimo da despesa corrente, esperamos, mas sabemos que não é isso que vai conseguir que funcione com esse aumento da receita corrente também por força da Descentralização de Competências da Administração Central para o Município na área da Educação, temos consciência, por isso temos recusado até ao limite a assunção dessas competências, ainda assim, aqui estamos a falar de Plano Plurianual de Investimentos nesta área mais relevante com um objetivo que tem 10%.

A área da Cultura tem 4%. A área da Juventude tem aqui um valor simbólico, mas que queremos que venha a ter mais incremento. No Desporto com encargos já assumidos de forma tradicional com aquilo que é a dinâmica desportiva do Concelho, não só pela interação com os diversos Clubes nas diversas modalidades, mas também pelos Protocolos que mantemos com diversas Federações Nacionais de Utilidade Pública Desportiva, todas elas com representação olímpica e que desejamos continuar e alargar este aspeto, por isso estamos a fazer um investimento muito forte na área do Desporto.

Na área da Promoção Turística, de facto, íamos “bem lançados” nesta medida, mas a pandemia faz-nos repensar, retrair e, porventura, fazer aqui um *reset* para voltarmos a estudar novas fórmulas de atuação e de não descurar o lançamento e a Promoção Turística do Concelho, está muito abaixo daquilo que seria o meu desejo pessoal, mas este momento que vivemos exige alguma reflexão e a procura da melhoria das estratégias ou até de novas estratégias para a Promoção Turística do Concelho. O campo da Ação Social está aqui também em suborçamentação, o nosso desejo era que seja muito mais, temos tido uma dinâmica aliviada à excelente cobertura social que as nossas IPSS, sempre em grande articulação com o Município, têm feito. Nós vamos também aqui receber competências, no

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

âmbito da Ação Social, mas são tarefas que nós, de certo modo, já realizávamos, portanto, aqui é quase simbólico o peso que a Descentralização de Competências vai ter para nós, mas estão aí lançados programas que as IPSS se candidataram e que nós assumidamente fomos parceiros, é um compromisso que trazemos já do Mandato anterior em linha com aquilo que o Município sempre assumiu em outros Mandatos que é cofinanciar todos os projetos que as IPSS se candidatem e que tenham Financiamento Nacional e Europeu. O PRR está a lançar novas medidas aos investimentos das IPSS, o Município não se pode demitir de reforçar esta rubrica ao longo do ano, se necessário for, em detrimento de outras, para evoluir e progredir com as IPSS que têm aqui multifatores de coesão e de desenvolvimento local como seja a prestação de serviços, a criação de emprego, criação de bem-estar para as pessoas e também serve para desenvolvimento económico.

Na área da Saúde, a Transferência de Competências não nos traz, para já, para este ano de 2022, nenhum acréscimo de responsabilidade imediata, diria que aqui o grande desafio, que já está explicado nos eixos que atrás referi, da criação de projeto e de o implantarmos rapidamente. Investir no projeto para o Centro de Saúde de Soure, uma reformulação/ampliação profunda, em articulação com aquilo que são as exigências funcionais do Ministério da Saúde para que o Centro de Saúde de Soure possa ampliar a sua capacidade de ação atuação e melhorar a sua qualidade das suas instalações e equipamentos. Continuamos a contribuir para esta área da Saúde, ao lançarmos, nesta rubrica, o projeto, o concurso público, para o projeto de execução daquilo que se pretende, a curto prazo, do melhoramento remodelação/ampliação do Centro de Saúde de Soure que fica capaz de albergar um conjunto alargado de valências.

Na área do Ordenamento, Infraestruturas e Espaço Público, também quase 10% a afetar a esta área, é sempre a área mais visível daquilo que é o investimento municipal e que os cidadãos mais apreciam e acham importante em termos de dinâmica de desenvolvimento. Temos aqui uma preocupação que a conclusão da Revisão do PDM, um instrumento político muito importante, que nós deixámos “cair” para este novo Mandato para que os novos órgãos, agora recentemente legitimados, tenham, perante todo o trabalho que foi feito até agora, a opinião final. Também se espera que, durante o ano de 2022, esta opinião fique terminada. Continuar em investir em infraestruturas e equipamentos municipais e também no espaço público.

Na área da Habitação, uma área que está aqui ainda com uma capacidade de investimento muito pequena, o que aqui está é para estudos e projetos, pouco mais, sendo certo que esta é uma área que vai alargar quando fizermos as primeiras Revisões a este instrumento e as Revisões serão feitas tantas quantas as necessárias, ao longo do ano, porque nomeadamente o setor da Habitação, quer seja habitação social, quer seja habitação como instrumento estratégico e habitação com apoios públicos, é uma área inserida naquilo que é a transição demográfica. A compra de imóveis degradados, a compra de espaços urbanos disponíveis onde seja importante acrescentar habitação, que tenha uma disponibilidade imediata para os

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

cidadãos que se queiram instalar no Concelho de Soure, é fundamental, quer para estimular o mercado habitacional tradicional, quer para estimular o mercado do arrendamento.

Na área da Mobilidade e Transportes, não conseguimos fugir à parte do grande investimento que tem sido feito nesta área e continuamos a fazer. Nós não temos ficado presos a nenhum calendário eleitoral para fazer investimentos na área da Mobilidade e Transportes, está à vista de todos que não nos prende qualquer calendário eleitoral, portanto, temos medidas programadas inclusive com grandes obras com recurso a financiamento externo, financiamento bancário, dívida calculada/programada para ser paga no prazo de vinte anos. Estão lançados pelo menos quatro procedimentos na área da Mobilidade e Transportes a par dos outros pequenos projetos que vamos conseguindo realizar, quer por meios próprios, quer com pequenas empreitadas.

Na área do Ambiente e Economia Circular, aqui a questão dos resíduos tem um papel muito importante. Esta é das grandes preocupações, havendo inclusive um caminho que é fundamental que o Município faça e se nós não o conseguirmos fazer, por força de divergências de conceito e daquilo que é o custo para os Municípios, esta sustentabilidade ambiental do uso dos recursos e da forma como nós produzimos os resíduos, é fundamental que se consiga um equilíbrio entre os custos e a forma de nós usarmos os recursos públicos para colmatar este problema. Enquanto esse equilíbrio não for conseguido, o Município agirá sempre de forma desviante daquilo que está consignado que é, de facto, a sociedade, cada núcleo social, cada Município é obrigado a suportar financeiramente e objetivamente estes custos com estas taxas e com as tarifas que são consideradas, neste caso não um serviço prestado à comunidade, mas é considerado um imposto, uma taxa, e, como tal, ficará cada vez mais pesado no bolso dos Municípios este fator. Se não se conseguir aqui uma sustentabilidade por força de uma melhoria significativa, no caso de Soure, naquilo que é o sistema de recolha e tratamento de resíduos que será o nosso principal “*calcanhar de Aquiles*”, mas o trabalho que temos feito tem-nos colocado também, de certo modo, na vanguarda do aproveitamento de projetos para fazer essa melhoria e nós vamos continuar a investir neles.

Outro investimento que tem tido um crescimento exponencial nos últimos oito anos é a área da Proteção Civil. Nós hoje, neste objetivo, já aplicamos sempre mais 5,31% do nosso rendimento, aquilo que está previsto para o ano de 2022 é um acréscimo, ainda assim, significativo também por força de uma não tão grande execução no ano de 2021, nomeadamente naquilo que concerne ao apoio ao investimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure. Nós ainda estamos a apurar financeiramente aqui algumas questões relativamente ao ano de 2021, que esperemos que, nos próximos três/quatro dias, se consigam apurar e ainda se poder vir a transferir alguma verba de apoio ao investimento e daquela verba do apoio excecional ter o défice Covid que criámos expectativa de cerca de 25.000,00 euros, ainda assim, a expectativa de investimento deste ano seria apoio a uma ambulância na área do socorro que vai transitar para o ano que vem porque os Bombeiros têm que lançar o procedimento, têm que ter um procedimento de

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

concurso público, são processos demorados e aquilo que me foi transmitido pela Direção é que, neste caso, por uma questão de economia processual e porque é necessário, farão procedimento de duas ambulâncias de socorro e não só para uma. Como tal, há aqui um acréscimo de investimento para o ano de 2022 por força desta acumulação destes dois instrumentos de investimento. Depois há as próprias obras na Secção da Granja do Ulmeiro e todo o investimento no nosso Serviço Municipal de Proteção Civil.

Nas Vias de Comunicação e Transporte, temos que melhorar significativamente a nossa Rede Viária e Sinalização e também a Transferência Competências para as Juntas de Freguesias que se mantém pelos valores de 2021, porque, como já aqui foi recordado, não há expectativa de um aumento das Transferências do Orçamento de Estado para o Município, portanto, não temos condições para nesta fase renegociar em alta, não colocamos a hipótese de diminuir as receitas das Freguesias, pensamos é que no futuro será de aumentar estas dotações das Transferências de Competências.

Na área do Desenvolvimento Económico, no apoio à atividade económica, estão aqui englobados, de facto, alguns equipamentos e investimentos nas Áreas de Localização Empresarial que esperemos que a acalmia da pandemia nos dê instrumentos de trabalho que nós iniciamos antes da pandemia, porque é preciso colocar pessoas e técnicos no terreno a dialogar com os proprietários dos terrenos, um trabalho que iniciámos, por exemplo, em Tapéus aí já com investimento, com levantamentos tipográficos, com levantamentos cadastrais, com reuniões com mais de cem proprietários, a pandemia afastou essa possibilidade, os próprios funcionários se retraem, e bem, à exposição desta contingência... O objetivo, ainda que tenhamos que recorrer a profissionais na área imobiliária é intensificar e colocar em marcha este apoio à atividade económica, nomeadamente nas Áreas de Localização Empresarial.

Nos Serviços Municipais, aqui a Modernização Administrativa terá um papel importante e os equipamentos e serviços administrativos da sua reconversão também.

Relativamente ao Quadro Resumo do Orçamento, o mesmo tem aqui uma previsão de ultrapassar os 21.000.000,00 euros, estou convencido que este valor que vai ser durante o ano revisto em alta, é preciso manter esta nota de esperança, nós temos sido sempre ambiciosos e os Orçamentos dos últimos anos, acabamos sempre por corrigir o último mês de dezembro em baixa, porque os projetos têm que derrapado, nomeadamente os grandes investimentos por motivos alheios ao Município... Quando contratamos uma empreitada, mais conhecida e a mais falada é a Piscina Municipal de Vila Nova de Anços, há pessoas que se convencem que só não temos piscina porque a Câmara não foi capaz de por lá empreiteiros capazes de a fazer e engenheiros capazes de a monitorizar, obviamente que é uma obra complexa, não é só a nossa que tem tido estas vicissitudes, basta ler a comunicação social nacional e regional para perceber que todos os Municípios tiveram problemas com execução destas obras... Não conheço nenhum Município aqui à volta que não tenha tido estes problemas e que não estejam com os mesmos problemas para os

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

concretizar. No caso de Soure, nós já prorrogámos o prazo até 30 de abril, estou convencido que era bom que sim, mas tomaria eu ter no verão o projeto concluído e pronto a ser recebido, ainda que provisório, para poder começar a ser utilizado. Portanto, há aí um conjunto de projetos que estamos convencidos que vão ser aprovados e que vão trazer aqui uma nova linha de investimento e de acréscimo ao Plano, porventura, há outros que vão derrapar, à semelhança do que é normal, para o ano de 2023 e seguintes, mas este para mim já é um Orçamento otimista, não é inferior àquilo que é o real do ano que termina e do ano de 2020 e seus antecessores, portanto, é pelo contrário igual porque igual estão a ser os critérios de análise da receita, sendo que continua a ser um Orçamento sustentável porque as receitas correntes são superiores as despesas correntes, libertando meios para aplicação em capital, porque as receitas de capital ficam desse modo inferiores à despesa de capital com essa libertação de meios.

Relativamente ao Quadro de Pessoal, há aqui encaminhamento significativo, nós temos conseguindo gerir sempre aquilo que é o Orçamento Municipal e o Mapa de Pessoal que tem uma leitura aritmética generosa, mas que serve para encaixar as nossas obrigações, portanto, para 2022 já encaixamos aqui aquilo que são as transferências de umas dezenas de trabalhadores que vêm da Administração de Central para a responsabilidade municipal, cerca de 60 na área da Educação, mais 1 na área da Ação Social e mais 6, na área da Saúde. Sabemos, pela aquilo que é o nosso levantamento, que nomeadamente na área da Saúde será manifestamente insuficiente, ainda que de forma transitória se possa recorrer ao mesmo mecanismo que o ACES ou a ARS recorre que é a contratualização de empresas de prestação de serviços para colmatar esse défice, diria que voltam a ser outros tantos pelo menos. Nós inventariámos as necessidades em cerca de 15 operacionais para manter minimamente o Centro de Saúde e as Extensões de Saúde a funcionar, portanto, só vamos receber financiamento para 6, mas as necessidades são muito mais. Quando queremos um Posto de Turismo a funcionar a tempo inteiro, quando queremos ter acompanhamento na área do Turismo e na Animação e nos Espaços Verdes, Desportivos, etc., que funcionem ao sábado e domingo, e para isso que eles estão a funcionar, não para o horário normal de expediente da Administração Pública, os encargos, a flexibilidade, etc., obrigam a um desdobramento, a escalas de serviço que exigem uma carga significativa de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos que têm que ser coordenados e cujos projetos têm que ser desenvolvidos e acompanhados por responsáveis específicos, profissionais com especialização, com formação superior em cada uma dessas áreas. Depois há toda uma cadeia de valores que já não são residuais, porque são os indicadores percentuais a nível de Instituições Públicas como a nossa que é o conjunto de trabalhadores que está em regime de doença prolongada, à espera de aposentação, portanto, com grandes índices de ausência, outros que têm licenças sem vencimento que nós achamos justas porque é acompanhamento de filhos deficientes ou são cuidadores de primeira linha de grande dependência, os que estão em regime de mobilidade, quer seja mobilidade interna noutras funções, quer seja na

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

mobilidade externa cujas vagas se mantêm aqui, portanto, há um conjunto muito alargado de situações que pode distorcer um pouco aquilo que é nossa realidade.

Terminamos com o Plano e Orçamento da ABMG que reflete o Setor das Águas e Saneamento, como já tem sido amplamente conhecido.

É este instrumento que coloco à vossa apreciação e posterior votação.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal, referiu que: “nós tivemos mais algum tempo para analisar com detalhe este documento tão importante para o Município de Soure e gostava de tecer alguns considerandos para depois, no fundo, justificar a nossa votação. Este não é o nosso Orçamento. Não contempla as linhas programáticas que tanto defendemos e que consideramos essenciais para o desenvolvimento do nosso Concelho, não obstante de existirem algumas medidas que consideramos positivas, mas não suficientes.

O nosso Concelho precisa de muito mais para atingir um grau de desenvolvimento que o coloque no lugar merecido. Soure perdeu entre 2011 e 2021 cerca de 10% da população e não podemos esquecer esta perda significativa da população, há que inverter esta situação e não podemos alegar que tal está especialmente dependente de políticas nacionais ou comunitárias, esta inversão cabe-nos a nós efetua-la, criando condições que tornem o nosso Concelho atrativo para a fixação da população.

O nosso Concelho necessita urgentemente também de atrair investimento privado, criando, desta forma, incentivos fiscais e tributários para as empresas se poderem aqui fixar, como por exemplo, isentá-las de Derrama, tal como falámos numa reunião anterior.

Não devemos continuar a assistir a que a Câmara Municipal de Soure seja um dos principais empregadores do Concelho, veja-se a proposta do Mapa de Pessoal apresentada para 2022, e que o Senhor Presidente acabou de referir. Em que se prevê um aumento significativo dos postos de trabalho por tempo indeterminado, perfazendo 503 postos de trabalho, esta é a previsão que o Senhor Presidente apresenta. Esta situação reflete-se no aumento significativo das despesas com o pessoal, como é visível no quadro Resumo do Orçamento. Estas despesas com o pessoal atingem cerca de 30,10% do valor orçamentado para o total de despesas para o ano de 2022. Mesmo atendendo, e como o Senhor Presidente referiu, às Transferências Competências para o Município, quer na área da Educação, da Saúde e da Ação Social, bem como a atualização do Salário Mínimo Nacional, consideramos um valor muito elevado em termos de despesa.

Outro aspeto que consideramos negativo nesta proposta de Orçamento é o aumento das taxas que crescem, relativamente ao Orçamento de 2021, cerca de 1% para 2,73%, penalizando desta forma os nossos Municípios.

A nossa preocupação também se prende com o valor dos Empréstimos à Banca.

Por todos estes considerandos e muito mais havia a dizer Senhor Presidente, o voto dos Vereadores eleitos pelo PSD é contra esta proposta de Orçamento.”-----

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

O Senhor Vereador Dr. Gil Soares, referiu que: “este Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, como já referiu o Senhor Presidente, vem em linha com os anteriores, não só do último Mandato, e é um Plano e Orçamento virado para as pessoas e para o desenvolvimento económico e social do Concelho. É evidente que as conjunturas alteram-se, a vida evolui e, naturalmente, como já foi referido, os dados dos Censos 2021 são para ser olhados, e foram olhados por nós, com atenção, não sendo propriamente novidade, mas, acima de tudo, como um desafio para alterar essa situação. Também não podemos esquecer que devemos olhar para as nossas responsabilidades, mas temos que olhar também para o todo, para a “floresta”, portanto, resultados mais ou menos, nalguns casos menos, noutras estão em linha com os resultados regionais, mesmo nacionais, portanto, temos que olhar par isso como um desafio e o desafio que está lançado procura, através deste Plano e Orçamento, que é um instrumento para o desenvolvimento e não um fim em si mesmo, reflete e dá aqui indicadores daquilo que se pretende fazer. Só conseguimos aumentar população e fixar população através daquilo que estamos a fazer e pensamos nós bem, sempre com o objetivo de melhorar que é ter as pessoas em primeiro lugar, por isso temos medidas e projetos que já vêm de longos anos e outros que agora se inserem e, obviamente, através da criação de emprego qualificado que é isso que, digamos assim, atraí pessoas ao Concelho e isso também há aqui sinais, quer com os pólos industriais que se pretendem adquirir, onde nalguns casos já estão terrenos adquiridos, mas não é um processo, como nós queríamos, simples, como já aqui foi dito pelo Senhor Presidente, há todo um processo burocrático para fazer, há toda uma negociação com particulares para a aquisição de terrenos. Este, no nosso entendimento, é o caminho que temos que seguir, através de fatores de atratividade de emprego qualificado e muito já tem vindo para o Concelho de Soure, temos vários exemplos que podemos indicar, e a continuação do apoio às famílias, às pessoas, como o centro da nossa política. Portanto, é isso que, grosso modo, este Plano e Orçamento procura estabelecer este caminho.

Como disse o Senhor Presidente, de facto, a Educação é o essencial. Este ano vamos ter um grande desafio que é o da Descentralização. Estamos a trabalhar proficuamente com a Direção do Agrupamento de Escolas de Soure para que esse processo seja feito o melhor possível e vai ser, com certeza, o melhor possível, como um fator, não de entropia do sistema, mas de continuar a melhorar a qualidade do nosso ensino e o apoio aos nossos alunos e, por isso, continuamos com o objetivo de promover o ensino de qualidade, a continuidade da melhoria das instalações dos nossos estabelecimentos escolares, novas obras de monta estão em dia. Terminamos agora a construção do novo Centro Escolar na vertente da infância do Pré-Escolar que era um desafio de há longos anos e que agora foi concretizado. Vamos continuar a apostar na remodelação dos espaços exteriores de alguns Centros Escolares como Degracias, Samuel, Granja do Ulmeiro, vamos construir uma nova sala polivalente na EB1 de Vila Nova de Anços para servir também de refeitório porque neste momento as crianças têm as suas refeições na Sede da Junta de Freguesia que irá entrar

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

em obras, portanto, temos que arranjar rapidamente um espaço alternativo e era também já um anseio daquela Escola. Portanto, vamos continuar a melhorar as condições das Escolas. O apoio às Famílias, acho que é evidente no fornecimento de refeições, na gratuidade dos transportes escolares em todos os níveis de ensino. Estamos a transferir para as famílias em termos de auxílios económicos muito mais do que aquilo que a lei nos obriga. A oferta das Fichas Pedagógicas até ao 6.º ano que se traduz nalguns milhares de euros que transferimos para as famílias. A oferta da Escola Virtual que é uma ferramenta, cada vez mais, usada no dia a dia das Escolas. A atribuição a partir do próximo ano das Bolsas de Estudo para vários níveis de ensino. Portanto, achamos que estamos no caminho correto, para além de com o Agrupamento de Escolas projetos simbólicos, mas de enorme importância nos tempos que correm como é o Eco-Escolas ou o Regime da Fruta Escolar.

É evidente que principalmente na Educação, e a Senhora Vereadora Dra. Sónia Vidal falou nisso, no aumento dos Recursos Humanos, a Educação é um exemplo de que, de facto, a sensação que temos é que são sempre insuficientes. Quando falamos numa Escola a tempo inteiro e no Pré-Escolar onde a grande preocupação das famílias, legítima, é a que horas é que podemos ficar com os seus filhos e até que horas é que podemos ficar com os seus filhos na Escola, porque são pessoas que trabalham e cada vez a retaguarda familiar é menor, infelizmente também. Obviamente que a Autarquia tem que dar respostas a isso, tem que, cada vez mais, acompanhar as dificuldades e os anseios das famílias e, portanto, quando um horário de trabalho é de sete horas diárias e nós temos que ter a Escola aberta das 7,00 horas da manhã às 7,30 horas da noite, facilmente se perceberá que tem que haver aqui uma duplicação de meios, isto já para não falar depois nas legítimas ausências dos trabalhadores por motivos vários. A pesar destes 65 funcionários que transitam do Ministério da Educação para a Autarquia, não acredito que estivessem em excesso no Agrupamento de Escolas de Soure, portanto, se houver aqui alguma surpresa será a necessidade, com certeza, de continuarmos a afetar Recursos Humanos aos nossos estabelecimentos escolares.

Em termos de Desporto, temos uma estratégia bem definida que passa não só pelo apoio às nossas Coletividades, mas esse apoio é para manter, tem sido assim ao longo dos anos e será para continuar, mas vamos ter que, cada vez mais, uma política desportiva mais ativa em termos de realização de eventos próprios, em termos das parcerias que temos ao nível da Escalada, Xadrez, Triatlo, Basquetebol, Voleibol, com Associações e Federações Desportivas, mas também, felizmente, com, cada vez mais, e vão aparecer aí, parceiras com Associações e Coletividades Locais que querem ir um pouco mais além, querem envolver-se nesta estratégia de dinamização de atividades desportivas como são o exemplo do Soure Moy, o Trail dos Diabos de Samuel, portanto, há cada vez mais Coletividades Locais que também se querem envolver nesta estratégia.

Em termos de Ação Social é evidente que é um orgulho, que é de todos, e a Câmara, ao longo dos anos, sempre fez bandeira disso, não por mérito, não querer ter mérito próprio, mas porque é uma realidade do Concelho a forte e coesa Rede Social. Estes anos que

03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas

passámos com o Covid, tem sido um exemplo prático disso que tem permitido mitigar muita situação em dificuldade às Instituições, às IPSS, as Juntas de Freguesia, têm tido um papel essencial. O Município tem que continuar a acompanhar um esforço de crescimento dessas Instituições, como já referiu o Senhor Presidente ainda há pouco tempo, de duas Instituições que viram as suas candidaturas aprovadas para o programa PARES, portanto, o Município tem que continuar a acompanhar esse esforço de investimento como outros que estão a ser feitos e estão a ser concluídos como o exemplo da Fundação Maria Luísa Ruas que está a concluir um grande investimento e que terá benefícios para a União de Freguesias de Gesteira e Brunhós.

De facto aqui o aspeto da Descentralização, no âmbito da Ação Social, não tem grande impacto, por razões muito simples, o valor que é transferido é meramente residual, cerca de 30.000,00 euros e depois as Transferências de Competências que são transferidas para nós basicamente nós já as fazemos, há alguns anos, por insuficiência dos Serviços da Administração Central no Concelho de Soure, no âmbito da Segurança Social. Estes serviços revelam-se claramente insuficientes para a área de cobertura do Concelho e o número de utentes que necessitam deles e aí o Município já se vem substituindo, há longos anos, ao trabalho da Segurança Social. Portanto, olhando para a lei, tirando questões administrativas ou de coordenação de alguns programas, tudo aquilo que é transferido para o Município de Soure já vem sendo realizado de forma formal ou informal pelo Município de Soure.

Continuamos também a reforçar as medidas de apoio às famílias, pretendemos ter um Contrato Social desde o nascimento até à idade sénior com o Programa Cegonhas, com o Programa Berço, que queremos implementar em 2022, que tem a ver com as crianças em idade de Creche até depois à população sénior com o Programa Tele-Assistência a Idosos para idosos que vivem isoladamente ou para o Movimento por um Sorriso. No apoio às famílias, temos medidas, umas continuam, outras que irão ser reforçadas, desde as tarifas sociais de água e saneamento, do apoio ao arrendamento, no apoio ao acesso ao medicamento que foi uma medida com dois anos que tem tido grande impacto e outras medidas como o Programa de Apoio Alimentar ou o Programa de Reabilitação de Habitações Degradadas.

Não me queria alongar mais, mas obviamente que este, na nossa opinião, é o caminho que tem que ser melhorado, as dificuldades existem, não “metemos a cabeça na areia”, sabemos perfeitamente que o diagnóstico foi feito e temos aqui um instrumento que pensamos que é mais um passo para combatermos as dificuldades aqui referidas no Concelho de Soure e que entendemos que é o caminho correto para atingir esses objetivos.”-----

O Senhor Vice-Presidente, Américo Nogueira, referiu que: “depois do que foi dito, só acrescentar duas considerações, uma vez que estamos em presença de um documento técnico e muito bem elaborado. Depois das explicações do Senhor Presidente e do Senhor

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

Vereador nas áreas que considero extremamente importantes, não iria acrescentar muito mais. Ainda assim, lembrar que estamos a aprovar o primeiro Plano deste Mandato de quatro anos, naturalmente será um Plano de continuidade assente em políticas que os nossos Municípios acreditaram e votaram nas Eleições Autárquicas recentes. É um documento de previsão muito condicionado pelo futuro que desconhecemos, há incertezas sobre o que vai acontecer em 2022, devido a fatores externos ao Município que nós não controlamos, apenas temos que estar preparados para todas as situações, especialmente as de emergência, aliás, como tem sido um hábito nestes últimos anos.

As dificuldades são mais do que muitas. Para além da pandemia, temos as incertezas provocadas pelas alterações climáticas e há ainda um fator fundamental que pode condicionar as nossas previsões como são as Transferências de Competências nas áreas da Saúde e de Educação, só para falar das mais relevantes, porque desconhecemos qual é o impacto financeiro que daí resulta no Orçamento Municipal.

Na avaliação deste Plano e Orçamento devemos, acima de tudo, ser sérios na sua análise e percebermos as dificuldades que existem no documento de previsão fortemente condicionado pela evolução positiva, ou negativa, de fatores externos à nossa vontade que, muitas vezes, fogem ao controle do Município.

O que os nossos Municípios nos pedem é que estejamos todos à altura destes desafios, como aliás estivemos no passado recente.

Da minha parte, votarei favoravelmente este documento, visto dar sustentabilidade às políticas de desenvolvimento que considero prioritárias para o Concelho. Define investimentos importantes em áreas fundamentais como a Educação, Desporto, Saúde e Desenvolvimento Económico. Não tenho dúvidas de que iremos contribuir para aumentar a qualidade de vida dos municípios.”-----

A Senhora Vereadora Dra. Teresa Pedrosa, referiu que: “começava pelas últimas palavras do Senhor Vice-Presidente Américo Nogueira, dando os parabéns à equipa que elaborou este documento, a todos os técnicos que nele estiveram envolvidos. É um documento claro, de leitura objetiva e não obstante de podermos fazer aqui considerações mais detalhadas sobre o mesmo, destacar que o documento põe em prática uma efetiva política de aproximação às pessoas e de serviço público, que nos deve comprometer a todos.

Dizer ainda que este documento integra as linhas e ações constantes do programa eleitoral que foi sufragado pelos eleitores do Concelho, no passado dia 26 de setembro. É um documento que está alinhado com a estratégia de desenvolvimento à escala nacional e à escala regional e, como tal, merece a minha inequívoca aprovação.”-----

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS - Dra. Teresa Pedrosa; Sr. Américo Nogueira e Dr. Gil Soares -, e 3 (três) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - Dra. Sónia Vidal; Sr. José António Mendes e Dra. Ana Patrícia Beja -, aprovar as propostas das Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e do Orçamento, para o Ano de 2022, as quais deverão ser submetidas à Assembleia Municipal.-----

Ponto 5. PROPOSTA DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - 2022

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Proposta de Tarifário do Serviço de Recolha de Resíduos Urbanos – 2022

Considerando que:

1. O Decreto -Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
2. O nº 1 do artº 11º do citado diploma legal defini que a entidade reguladora dos serviços em apreço é a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.” (ERSAR);
3. As alíneas a) e d) do nº 4 do artigo supra referido estabelecem que a ERSAR:
 - i) “ Emiti recomendações gerais relativas à interpretação e à forma de implementação do presente decreto-lei”;
 - ii) “ Emiti instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar pelos sistemas municipais que não se conformem com as disposições legais e regulamentares em vigor, de acordo com os princípios estabelecidos na Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, e no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, permitindo a recuperação gradual dos custos associados, garantindo a transparência na formação da tarifa e assegurando o equilíbrio económico e financeiro do serviço prestado pelas entidades gestoras e de acordo com o princípio geral de equivalência previsto no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, permitindo a compensação tendencial dos custos sociais e ambientais da atividade de gestão de resíduos urbanos”;
4. Nos termos do artº 11-A, do Decreto -Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, o nº 1 defini que:“tarifas dos serviços municipais obedece às regras definidas nos

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

regulamentos tarifários aprovados pela entidade reguladora para os serviços em alta e para os serviços aos utilizadores finais, sendo sujeitas a atualizações anuais que entram em vigor a 1 de janeiro de cada ano”;

5. O n.º 7 do artigo 21º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, estabelece ainda que as tarifas municipais relativas à prestação dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos estão sujeitas ao parecer da entidade reguladora, no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor;
6. Compete ainda à entidade reguladora, nos termos do seu Estatuto e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários destes serviços com as disposições legais e regulamentares em vigor;
7. A recomendação da ERSAR na atualização do tarifário é no sentido de se utilizar a taxa definida pelo índice Preços ao Consumidor (IPC), o que corresponde à taxa de 0,90%;
8. Foi remetido a proposta de tarifário em apreço, com aplicação da taxa IPC, a qual a ERSAR validou sem qualquer recomendação.

Atendendo ao exposto, propõe-se que o assunto seja submetido à reunião do Executivo para aprovação do tarifário de Serviço de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, a vigorar em 01 de janeiro de 2022.

À consideração superior,
A Diretora Depart. Ad. Municipal e Cidadania
Carmo Graça
13/12/2021

O Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes referiu que: “também ficou adiado este ponto para, na dúvida, se poder aqui também conferir alguma informação. Dizer que ainda que questionada a ERSAR sobre se tinha um texto para nos enviar, foi reafirmado, telefonicamente, que sim, estaria para assinar e que a conclusão do mesmo estava inserida na plataforma, que é esta que esta a disponibilizar, não há outra consideração a acrescentar. Para o Tarifário do Serviço de Recolha de Resíduos Urbanos de 2022, trata-se da aplicação do índice de preços ao consumidor, correspondente à taxa de 0,7% que tem a ver, não com a variação homologa, mas com a variação média e refeitas e conferidas as contas, confirmo que este valor de 0,9% de atualização, sendo que é fácil qualquer cidadão aceder ao site do INE - Instituto Nacional de Estatística, sabendo que a nossa variação anual média é feita entre o mês de dezembro de 2020 e o mês de dezembro de 2021. Também uma questão colocada é porque é que nós não mexemos no tarifário em 2021, porque precisamente, na mesma lógica, a taxa foi zero, a taxa média dos índices ao consumidor até teve uma centésimas negativas, ou seja, arredondada para zero em 2020, como tal, não existiu

***03.ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 18 de dezembro de 2021, pelas 10,00 horas***

aumento para 2021, não tivemos o dom de influenciar o índice de preços médios ao consumidor em 2020...

De facto, o ano de 2021 começa com taxas muito próximas do zero, até cerca de meio ano, o último mês que temos, que é o mês de novembro, o índice de preços ao consumidor está, no período homologado de novembro, em 2,6% e, como tal, aquilo que estamos a aplicar é a média dos doze meses que servem de referência a esta proposta e a média é zero, ainda é ligeiramente superior a 0,9%.” -----

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS - Dra. Teresa Pedrosa; Sr. Américo Nogueira e Dr. Gil Soares -, e 3 (três) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - Dra. Sónia Vidal; Sr. José António Mendes e Dra. Ana Patrícia Beja -, aprovar o Tarifário de Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, a vigorar em 01 de janeiro de 2022, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Mário Jorge Nunes deu por encerrados os trabalhos às 10,50 horas.-----